

**SIG N. 06.2018.00002566-1**

**OBJETO: Programa "Fortalece Visa".**

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA,** por meio da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Orleans, neste ato representado pelo Promotor de Justiça **MARCELO FRANCISCO DA SILVA**, doravante designada **COMPROMITENTE** e o **MUNICÍPIO DE ORLEANS**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82926544/001-43, situado na Rua XV de Novembro, nº 282, Centro, Orleans/SC, CEP nº 88870-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor **JORGE LUIZ KOCH**, doravante designado **COMPROMISSÁRIO**, com base nas informações constantes nos autos do Inquérito Civil nº 06.2018.00002566-1, têm entre si justo e acertado o seguinte:

Considerando que é atribuição constitucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição da República (artigo 129, inciso II, da CF/88);

Considerando que o artigo 82, incisos I e VII, alínea a, da Lei Complementar Estadual nº 197/2000, impõe ao Ministério Público promover a defesa do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, devendo garantir o seu respeito pelos poderes estaduais e municipais;

Considerando o artigo 196 da Constituição Federal, segundo o qual a

saúde é direito de todos e dever do Estado;

Considerando o artigo 6º do Código de Defesa do Consumidor que estabelece como direito básico dos consumidores a proteção da vida, saúde e segurança, bem como a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral;

Considerando o artigo 198 da Constituição Federal, que dispõe que as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (Sistema Único de Saúde);

Considerando que o artigo 200 da CF/88 estabelece que *"ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei: [...] II – executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador [...]"*;

Considerando o artigo 2º da Lei n. 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), segundo o qual a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício;

Considerando que o artigo 4º da lei acima citada prevê que *"o conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS)"*;

Considerando o artigo 6º da lei supramencionada, que incluiu no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) a execução de ações de vigilância sanitária;

Considerando o conceito previsto no § 1º do artigo 6º supra,

segundo o qual vigilância sanitária é um “[...] conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo: I - o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo; e II - o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde”;

Considerando o artigo 7º ainda do mesmo diploma legal, que prevê os princípios e diretrizes do SUS de universalidade do acesso, integralidade da atenção e descentralização político-administrativa com direção única em cada esfera de governo;

Considerando que o artigo 17 dispõe que “à direção estadual do Sistema Único de Saúde (SUS) compete: I – promover a descentralização para os Municípios dos serviços e das ações de saúde; [...] IV – coordenar e, em caráter complementar, executar ações e serviços: [...] b) de vigilância sanitária [...]”;

Considerando que cabe à direção municipal do Sistema Único de Saúde (SUS) executar o serviço de vigilância sanitária (artigo 18, inciso IV, alínea b, da Lei n. 8.080/90);

Considerando que a Lei nº 9.782/1999 define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências;

Considerando a existência do Pacto pela Saúde/2006, que o define como “um conjunto de reformas institucionais do SUS pactuado entre as três esferas de gestão (União, Estados e Municípios) com o objetivo de promover inovações nos processos e instrumentos de gestão, visando alcançar maior eficiência e qualidade do

*Sistema Único de Saúde” ;*

Considerando que as Vigilâncias Sanitárias Municipais deverão pactuar as ações com as Vigilâncias Sanitárias Estaduais e estas com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), tendo como base um “elenco norteador”;

Considerando o Plano Diretor de Vigilância Sanitária (PDVISA/2007) como “um instrumento de eleição de prioridades em VISA [...]. A implementação do PDVISA se dá por meio dos Planos de Ação em Vigilância Sanitária. Esses Planos de Ação são um instrumento de planejamento interno das VISAS em consonância com o PlanejaSUS e com o Pacto pela Saúde” ;

Considerando que os “Planos de Ação em Vigilância Sanitária ” são uma ferramenta de planejamento, em que estão descritas todas as ações que a Vigilância Sanitária pretende realizar durante um exercício, assim como as atividades a serem desencadeadas, as metas e resultados esperados e seus meios de verificação, os recursos financeiros implicados e os responsáveis e parcerias necessárias para a execução dessas ações;

Considerando que a Deliberação n. 185/CIB/2016, da Comissão Intergestores Bipartite deste Estado, estabeleceu os critérios para a construção do Plano de Ação Municipal em Vigilância Sanitária/2017-2019;

Considerando que as Portarias n. 1378/GM/MS, de 9.7.2013, e 475/GM/MS, de 31.3.2014, tratam do financiamento das ações de vigilância em saúde e os critérios para o repasse e monitoramento dos recursos federais do componente da Vigilância Sanitária;

Considerando que os recursos federais têm relevância estratégica na

execução das ações e contribuem para que as VISAs e gestores possam fortalecer o processo de descentralização;

Considerando que os valores definidos, pactuados e distribuídos entre os municípios são repassados mensalmente de forma regular e automática Fundo a Fundo e serão reajustados anualmente com base na população estimada pelo IBGE;

Considerando que os recursos federais destinados às ações de vigilância sanitária são constituídos de Piso Fixo de Vigilância Sanitária (PFVISA) e Piso Variável de Vigilância Sanitária;

Considerando a responsabilidade do gestor público na administração de recursos públicos, notadamente, na sua aplicação, a fim de que seja alcançada a eficiência da atividade administrativa, traduzido no atendimento ao princípio da eficiência esculpido no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal;

Considerando a existência do Programa de Fortalecimento das Parcerias Administrativas para Proteção da Saúde do Consumidor, que foi eleito pelo Conselho Consultivo do Centro de Apoio Operacional do Consumidor como prioridade para 2016-2017, e que tem como objetivo promover a articulação com os Órgãos Públicos municipais, estaduais e federais incumbidos da fiscalização dos setores regulados, cujos produtos e serviços representam riscos à saúde dos consumidores. Além disso, busca estimular o Poder Público a constituir e a estruturar órgãos de fiscalização de produtos e serviços potencialmente causadores de riscos à saúde dos consumidores e incentivar a regularização dos fornecedores de produtos e serviços afetos à área da saúde do consumidor;

Considerando que foram coletados dados dos órgãos de Vigilância

Sanitária Municipais de todo estado de Santa Catarina, em relação a estrutura legal, física, recursos materiais, estrutura administrativa e operacional, constatando-se que no município de Orleans;

RESOLVEM formalizar, neste instrumento, TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, com base no artigo 5º, §6º, da Lei n. 7.347/1985; Resolução n. 179/2017/CNMP; e artigo 19 do Ato n. 335/204/PGJ, mediante as seguintes cláusulas:

### **I - DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO MUNICÍPIO DE ORLEANS**

**CLÁUSULA 1ª** - O Município de Orleans compromete-se a cumprir e desenvolver as ações e metas estabelecidas no "*Plano de Ações em Vigilância Sanitária*", aprovado por meio da Deliberação CIB n. 186/2017, no prazo indicado no documento, conforme anexo 1;

**CLÁUSULA 2ª** - O Município de Orleans compromete-se a inserir no Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), bem como da proposta da futura Lei Orçamentária (LOA) para o exercício 2021, sejam contempladas as metas e recursos necessários ao cumprimento das ações e metas estabelecidas no "*Plano de Ações em Vigilância Sanitária*";

**CLÁUSULA 3ª** - O Município de Orleans compromete-se a inserir no Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), bem como da proposta da futura Lei Orçamentária (LOA) para o exercício 2021, que os recursos arrecadados com as taxas vinculadas à Vigilância Sanitária sejam destinadas ao Fundo Municipal de Saúde;

**CLÁUSULA 4ª** - O Município de Orleans compromete-se a inserir o Plano de Ações em VISA na sua Programação Anual da Saúde (PAS), observando as

diretrizes constantes no Plano de Saúde;

**CLÁUSULA 5ª** - O Município de Orleans compromete-se a detalhar no Relatório Anual de Gestão (RAG) os demonstrativos das ações, resultados alcançados e aplicação dos recursos no âmbito municipal, submetido ao respectivo Conselho de Saúde, e encaminhar tal relatório a esta Promotoria de Justiça até o final do primeiro trimestre de cada ano;

**CLÁUSULA 6ª** - O Município de Orleans compromete-se, a destinar recursos indispensáveis para o cumprimento da meta; a instaurar os devidos procedimentos administrativos quando constatadas irregularidades; e, no prazo de 90 (noventa) dias, a providenciar os equipamentos básicos para o exercício da função, quais sejam, termômetro/ambiente e luxímetro;

**CLÁUSULA 7ª** – O Município de Orleans compromete-se a alimentar o Sistema Estadual de Vigilância Sanitária (*Pharos*) de forma regular, nele incluindo todas as atividades desempenhadas e passíveis de registro;

**CLÁUSULA 8ª** – O Município de Orleans compromete-se a se abster de conceder alvará sanitário sem identificação numérica (rastreadabilidade), sem prévia inspeção sanitária que constate a efetiva adequação do estabelecimento às normas regulamentares, exceto nos casos previstos em legislação específica, e sem a assinatura da autoridade competente;

**CLÁUSULA 9ª** – O Município de Orleans compromete-se a instaurar o devido procedimento administrativo sempre que constatada a necessidade, de acordo com a previsão legal, levando a efeito a aplicação das devidas penalidades, quando for o caso;

**CLÁUSULA 10ª** - O Município de Orleans compromete-se a não

cercear de qualquer forma o livre exercício da atividade de fiscal da Vigilância Sanitária;

**CLÁUSULA 11ª** - O Município de Orleans, por intermédio da Vigilância Sanitária Municipal, compromete-se a colaborar nas ações (fiscalizações, vistorias etc.) dos programas institucionais do Ministério Público do Estado de Santa Catarina desenvolvidos por esta 1ª Promotoria de Justiça;

**CLÁUSULA 12ª** - O Município de Orleans compromete-se a exercer a vigilância da qualidade da água em sua área de competência, em articulação com a empresa concessionária e/ou Serviço de Abastecimento Municipal, nos termos do artigo 12 da Seção III do Capítulo III do Anexo XX da Portaria de Consolidação n. 5, de 28 de setembro de 2017, do Ministério da Saúde, executando as ações estabelecidas no VIGIAGUA, notadamente remetendo amostras de água para análise no respectivo laboratório público e alimentando o Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da água para Consumo Humano (SISAGUA);

## **II - DA MULTA COMINATÓRIA**

**CLÁUSULA 13ª** - O **COMPROMISSÁRIO** ficará sujeito ao pagamento de multa cominatória no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), destinado ao Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados (FRBL), CNPJ n. 76.276.849/0001-54, por dia, sempre que constatado o descumprimento de qualquer das obrigações assumidas.

## **III - DO COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

**CLÁUSULA 14ª** - O **MINISTÉRIO PÚBLICO** se compromete a não adotar qualquer medida judicial de cunho civil contra o **COMPROMISSÁRIO** no que diz respeito aos itens acordados, caso este ajustamento de conduta seja integralmente



cumprido.

#### **IV - DA VIGÊNCIA DO COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

**CLÁUSULA 15ª** - O prazo do presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta começará a contar a partir da sua aceitação.

#### **V - DISPOSIÇÕES FINAIS**

**CLÁUSULA 16ª** - As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, que poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

**CLÁUSULA 17ª** - Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

**CLÁUSULA 18ª** - As questões decorrentes deste compromisso serão dirimidas no Foro da Comarca de Orleans/SC, local em que está sendo firmado o presente ajuste.

**CLÁUSULA 19ª** - Os signatários tomaram ciência de que este procedimento será arquivado e será instaurado procedimento de fiscalização do presente acordo extrajudicial.

Assim, por acharem justo e acertado, firmam as partes o presente Termo de Compromisso, em (duas) vias de igual teor, que terá eficácia de título

executivo extrajudicial, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, remetendo-se, juntamente com a promoção de arquivamento, ao Colendo Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõe o art. 13 do Ato n. 395/2018/PGJ.

Orleans, 19 de dezembro de 2019.

**MARCELO FRANCISCO DA SILVA**

Promotor de Justiça

**JORGE LUIZ KOCH**

Município de Orleans